

**Mesa redonda “Vulnerabilidade e perspectivas do uso sustentável de ecossistemas de áreas inundáveis na Amazônia”**

**Coordenador – Adalberto Luis Val, 27-07-2014**

**Título da Palestra: Áreas Inundáveis Amazônicas: como utilizar adequadamente esses ambientes?**

**Palestrante: Maria Teresa Fernandez Piedade, INPA, Manaus**

**As áreas alagáveis propiciam para a sociedade e meio ambiente vários benefícios e serviços ambientais fundamentais. Entre eles, podem ser citados: 1) Estocagem, limpeza da água e recarga do lençol freático; 2) Regulagem do clima local; 3) Manutenção da biodiversidade; 4) Regulagem dos ciclos biogeoquímicos; 5) Estocagem de carbono; 6) Habitat para inúmeras espécies endêmicas ou não endêmicas; 7) Subsídios para as populações humanas tradicionais, como a pesca, agricultura de subsistência, produtos madeireiros e não madeireiros. Esses ambientes, especialmente as florestas de várzea dos rios barrentos e férteis como o Amazonas / Solimões, são historicamente utilizadas por populações tradicionais, que desenvolvem um conjunto de atividades em pequena escala, dentro do conceito de “uso múltiplo”. Por outro lado, as florestas alagáveis amazônicas são as mais ricas em árvores do mundo, com cerca de 1.600 espécies, e contribuem especificamente para o balanço regional de carbono. Os impactos das mudanças do regime hidrológico e do clima sobre essas florestas ainda são difíceis de estabelecer, pois as respostas das espécies de árvores podem ser diferenciadas. Entretanto, a preocupação com essa questão tem aumentado, pois especialmente nos últimos vinte anos esses ambientes vêm sofrendo intensificação das cheias e secas dos níveis dos rios, e ainda não está claro se essas alterações resultam da variabilidade natural do próprio ciclo hidrológico ou de mudanças climáticas globais. Seja qual for sua origem, essas mudanças irão provocar severos impactos no estabelecimento de plântulas e no crescimento das árvores das florestas alagáveis, sendo esperada uma mudança de composição de espécies e sua abundância ao longo do gradiente inundável. Além disto, a mortalidade de árvores nas áreas alagáveis abaixo das barragens de usinas hidrelétricas, como verificado no Rio Uatumã (Balbina), foi atribuída aos períodos prolongados sem fases terrestres, verificados até**

duas décadas atrás, logo após o estabelecimento da hidrelétrica, que alterou o pulso de inundação do sistema. A intensificação da extração de petróleo na bacia Amazônica também pode comprometer severamente a biota aquática, o que foi demonstrado em estudos de peixes e plantas aquáticas. Algumas espécies de plantas aquáticas de grande importância nas várzeas amazônicas, como é o caso do capim *Echinochloa polystachya* (Poaceae), podem ter uma mortalidade de 50% das plantas jovens em apenas 4 dias de exposição ao petróleo de Urucu (AM). Além dos problemas elencados, enquanto que o Código Florestal (CF) de 1965 protegia as margens das áreas alagáveis tomando como base o nível máximo das cheias, o novo CF passou essa medida para o nível médio da inundação. Com isso 80% das florestas alagáveis amazônicas ficaram sem proteção legal. Assim, mais do que as mudanças do clima regional, o desmatamento e os diferentes impactos ecológicos em curso podem ser apontados como os maiores riscos a esses ambientes e suas populações, inclusive o homem. Políticas públicas aumentando a proteção e uso sustentável das Áreas Alagáveis Amazônicas e que considerem o conhecimento científico já disponível são fundamentais e necessitam ser estabelecidas de imediato, para que esses ambientes continuem a nos oferecer seus serviços ambientais fundamentais.